



PODER

Câmara adia para hoje votação de ajuste fiscal

Sem votos para aprovar PEC e projeto de lei, Lira transfere para esta quinta-feira a apreciação das propostas em plenário

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de um dia intenso de debates e articulações, a Câmara encerrou o expediente, ontem, sem votar os dois últimos textos do pacote de corte de gastos do governo. Até terça-feira, o combinado entre o governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), era apreciar primeiro o PLP 210, que, entre outras coisas, previa o bloqueio de emendas parlamentares. O projeto foi aprovado. Em seguida, iria o PL 4.614, que tem os pontos de maior divergência, como as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Por último, votar a PEC 45 de 2024, que foi apensada à PEC 31 de 2007 para tramitar mais rápido.

Com a dificuldade de se chegar a um acordo sobre o BPC, o Fundo Constitucional e o Proagro, Lira colocou a PEC para votar antes do PL. Leu uma decisão no plenário justificando o apensamento do texto e rejeitou sistematicamente as questões de ordem (quando deputados apontam eventuais problemas ou descumprimentos ao rito de tramitação e de votação) levantadas por parlamentares da oposição para tentar barrar a votação do pacote de gastos.

Ficou claro, ao longo das votações "prévias" — houve uma apreciação de retirada de pauta, outra que pedia o fim da discussão e uma terceira, que votava a preferência pelo novo texto que foi apensado —, que o governo não tinha os 308 votos necessários para aprovar a PEC.

Lira, então, encerrou a sessão às 23h34 e convocou outra para hoje, às 10h, que deve começar com a proposta de emenda constitucional, que tem como um dos principais pontos o fim dos supersalários.

Após dias de lobby intenso nos corredores da Câmara e de pressões públicas por parte de

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sessão da Câmara: ao longo das votações "prévias", ficou claro que o governo não tinha os 308 votos necessários para aprovar a PEC



Entendo a oposição, que quebrou o Brasil, entregou o Brasil falido, meteu a mão nos cofres públicos para ganhar a eleição. Mas a esquerda tem responsabilidade com o projeto liderado pelo presidente Lula"

José Guimarães (CE),
deputado, líder do PT

integrantes do Judiciário, o relator do texto, deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE), resolveu flexibilizar o trecho que trata do assunto. Ele incluiu que as limitações dos supersalários deverão ser regulamentadas via lei complementar.

Na prática, isso dá mais tempo aos setores interessados para fazer pressão e evitar que sejam atingidos pelas limitações. Também permitiria, por exemplo, que resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no caso do Judiciário, se sobrepujassem à lei aprovada sobre o assunto. O texto da PEC 45 foi apensado por Lira ao da PEC 31 de 2007, para acelerar a tramitação e evitar que a matéria passasse por comissões.

Além da oposição, o PSol se posicionou contra a proposta e contra o pacote de corte de gastos como um todo, especialmente no que diz respeito ao BPC. "É uma PEC que está sendo apensada a uma outra de 2007. Nem sequer houve uma comissão especial com tempo para que os parlamentares pudessem opinar sobre ela. E, mais importante, que a sociedade pudesse conhecer do que se trata", disse a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP), que também questionou o restante das medidas do corte de gastos.

O discurso foi similar ao adotado pela oposição. "Um projeto como esse, que mexe no BPC, no Fundeb, no abono salarial, e usa o Judiciário como boi de

piranha, porque tem um projeto para regular salários lá no Senado... (...) O dólar está a R\$ 6,30, e o ministro (da Fazenda) só quer taxar, só quer retirar benefícios da população. Uma insegurança no país, e investimento sai do Brasil, aumentando o dólar, causando prejuízo aos brasileiros", disse o líder do PL, Altineu Côrtes (PL-RJ).

O posicionamento do PSol irritou o líder do PT, José Guimarães (PT-CE), que foi ao microfone para reclamar do que chamou de "falta de solidariedade dos companheiros da esquerda" com o projeto de governo do presidente Lula. "Essa PEC é o resultado de um trabalho feito e de um diálogo com toda a Casa, com todos os

líderes e com todos aqueles que têm responsabilidade no país. A oposição está no direito dela de querer derrotar o governo do presidente Lula, querer que as coisas não deem certo", frisou. "Mas aqui é preciso, e eu quero chamar a atenção dos companheiros do PSol, porque esse é o debate político que nós temos que fazer neste momento. Eu entendo a oposição, que quebrou o Brasil, entregou o Brasil falido, meteu a mão nos cofres públicos para ganhar a eleição. Mas a esquerda tem responsabilidade com o projeto liderado pelo presidente Lula."

Guimarães continuou: "Estou, me desculpe a franqueza, incomodado porque companheiros da esquerda ocupam os microfones para fazer o jogo da direita aqui dentro, que tem o objetivo principal de tentar derrotar o presidente. O país precisa desse ajuste. Nós não vamos retirar nenhum direito, nem dos aposentados, muito menos daqueles que dependem do BPC".

Resistência

Ao longo de todo o dia de ontem, representantes de diversos setores circularam pela Câmara abordando deputados para tentar sensibilizá-los sobre as mudanças no BPC, que foi o maior ponto de resistência ao texto durante as articulações, segundo deputados que participaram das conversas.

Representantes das forças de segurança do Distrito Federal e do governo do Distrito Federal também estiveram na Casa para fazer pressão contra a mudança no Fundo Constitucional. A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), também foi à Câmara depois de participar do evento Entre os eixos do DF: O Fundo Constitucional do Distrito Federal, organizado pelo Correio.

Leia mais nas páginas 13 a 17

Congresso aprova LDO que prevê salário mínimo de R\$ 1.502

» JÚLIA PORTELA
» ISRAEL MEDEIROS

O Congresso aprovou, ontem, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, com um destaque que permite ao governo suspender o pagamento de emendas Pix, em caso de descumprimento de regras. A apreciação foi simbólica, ou seja, sem registro nominal de votos. O texto, que estabelece as diretrizes do Orçamento do próximo ano e define a meta fiscal do governo, segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto também prevê um reajuste do salário mínimo para R\$ 1.502 em 2025, sem considerar o pacote fiscal enviado pelo governo federal. Atualmente, o valor do salário mínimo é de R\$ 1.412. A LDO aprovada traz ainda projeções de crescimento de 2,8% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2025 e previsão de que a inflação feche o próximo ano em 3,10%.

Pelo texto avalizado por deputados e senadores, a meta para as contas públicas é de déficit zero, ou seja, não deve haver mais gastos do que arrecadação. Há uma margem de tolerância,

no entanto, de R\$ 30,97 bilhões. O déficit zero também foi a meta para 2024, mas, segundo a equipe econômica de Lula, a atuação do Congresso — que aprovou a continuidade de incentivos fiscais para alguns setores no fim de 2023 — resultou em mais gastos por parte da União neste ano.

Em relação às emendas Pix, o governo poderá suspender os pagamentos caso as regras não sejam seguidas. Essas emendas consistem na transferência de recursos diretamente para a preferência beneficiada, sem atrelar a verba a uma obra específica. Segundo o texto, o não cumprimento das exigências "acarretará a suspensão imediata das transferências até o momento em que estas sejam regularizadas".

Para emendas Pix, é necessária a apresentação de um plano de trabalho para serem liberadas. O planejamento deve incluir os detalhes do uso dos recursos e as informações bancárias de onde vai ser depositado o dinheiro.

Também conforme o texto, o governo pode reservar 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2023 (R\$ 24,7 bilhões) para as emendas individuais dos

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O relator Confúcio Moura (de azul) fez adendos ao parecer com base em acordos fechados no plenário

parlamentares. Metade desses recursos, obrigatoriamente, deve ir para a saúde. No caso das emendas de bancada estadual, o montante será de 1% da RCL de 2024, estimada em R\$ 12,7 bilhões.

"Nós estamos perseguindo

aquilo que julgamos mais importante, que é o ajuste fiscal, que é a responsabilidade fiscal. A LDO é um instrumento fundamental para isso. (...) Nós avançamos e queremos que seja sempre assim", disse o deputado Cláudio

Cajado (PP-BA). "Hoje (ontem), tivemos aqui acordos em relação ao bloqueio de emendas, aos fundos partidários, à liberação de várias outras emendas que estavam travadas e que seriam objeto de destaque."

A LDO ainda mantém a correção do fundo partidário pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O relator Confúcio Moura (MDB-RO) fez adendos ao parecer com base em acordos feitos no plenário. Entre os trechos alterados, está o ponto que trata dos repasses de recursos a estatais. Parlamentares de oposição pediram mais tempo para estudar as modificações, mas o presidente da sessão, Marcos Pereira (Republicanos-SP), iniciou a votação sem conceder o pedido.

Na terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) havia aprovado a LDO. Com o aval do Congresso, o governo poderá iniciar 2025 com 1/12 avos do Orçamento atual, caso os deputados e senadores não consigam aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) antes do recesso.

A previsão inicial era de que a LOA fosse votada em uma sessão do Congresso hoje, mas os deputados e senadores da CMO ainda não aprovaram o relatório do senador Angelo Coronel (PSD-BA). Caso a comissão atrase a votação, a sessão do Congresso poderá ser remarçada para amanhã.